

Registro da 11ª Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – 2015

Informações gerais da Conferência:

1. Estado	Minas Gerais
2. Identificação do n.º da Conferência	11ª
3. Datas de realização	26 a 29 de outubro de 2015
4. Local de realização	Minascentro – Avenida Augusto de Lima, 785 – Centro – Belo Horizonte
5. Número total de participantes	1338

6. Número de Delegados por categoria:

Sociedade Civil			Governamental
Usuários	Trabalhadores	Entidades	
171	151	119	490

7. Quais e quantos eventos de mobilização antecederam a Conferência?

Número	Tipo de Eventos de Mobilização
	Pré-conferências ou Encontros Preparatórios
	Palestras ou debates públicos
	Outras formas:
16	Site CEAS e da SEDESE
15	Grupos de whatsapp (15 regionais e 01 delegados estaduais)
15	Conferências Regionais de Assistência Social
02	Vídeos conferências sobre os temas da Conferência e dando orientações
01	Plenária Ampliada

8. Ato de convocação:

Resolução Conjunta SEDESE/CEAS n.º 09 de 19 de março de 2015
--

9. Programação da Conferência:

11ª Conferência Estadual de Assistência Social – Programação		
26/10/2015		
Horário	Atividades	Definição de Nomes
12 – 17 horas	Credenciamento	
12 – 14 horas	Oficina de quadrinhos – Perfil dos participantes	
14 – 16 horas	Oficinas simultâneas:	
	- Sistema de Justiça e SUAS	- Expositores: °Ana Cláudia Castello Branco Rena – Técnica da Diretoria de Proteção Especial da Subsecretaria de Assistência Social da Secretaria e Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SUBAS/SEDESE; °Dr.ª Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth – Promotora de Justiça – Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude do Estado de Minas Gerais -CAO/IJ °Marcelo Mourão – 1º Secretário da Mesa Diretora do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social – COGEMAS Coordenação: Volney Lopes de Araújo Costa – Conselheiro do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS
	- O SUAS e a população rural	- Expositores: °Isabela de Vasconcelos Teixeira – Diretora de Vigilância Social e Monitoramento da SUBAS/SEDESE °Joana Mostafa – Diretora do Cadastro Único – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – SENARC/MDS Coordenação: Maria da Páscoa Andrade – Conselheira do CEAS

	- Protagonismo juvenil e SUAS	- Expositores: °Aidê Cançado Almeida – Assessora de Projetos Especiais da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE °Luiza de Castro – Assessora de Gabinete da SEDESE Coordenação: Shirley Aparecida Moreira da Silva – Conselheira do CEAS
	- Cuidado das pessoas idosas e das com deficiência	- Expositores: °Professora Juliana Lucena Ruas Riani – Pesquisadora do Centro de Estatística da Fundação João Pinheiro °Robélia Ursine de Almeida – Gerente de Inserção Especial – Centro Dia de Belo Horizonte °Wagner Antônio Alves Gomes – Diretor de Proteção Básica da SUBAS/SEDESE; Coordenação: Rodrigo dos Santos França – Conselheiro do CEAS
	- Marco Regulatório da Organizações da Sociedade Civil	- Expositores: °Dr. <sup>a</sup> Karla Renata França Carvalho – Assessora-Chefe Jurídica da SEDESE °Cristiane Ferreira Michette – Assistente Social da Sociedade Mineira de Cultura - Fórum de Entidades; Coordenação: Júlio César de Oliveira Brum – Conselheiro do CEAS
16 horas	Lanche	
16 horas e 40 minutos	Grupo de Tambor “Juventude e Polícia”	
17 horas	Abertura prévia e apreciação do Regimento Interno	- Maria Alves de Souza – Presidente do CEAS - Simone Aparecida Albuquerque – Vice-Presidente do CEAS - Ronaldo José Sena Camargos – Conselheiro do CEAS
19 horas	Abertura Oficial	
21 horas	Lanche	

27/10/2015

8 – 12 horas	Credenciamento	
9 horas	Teatro MOBS	
9 horas e 20 minutos	Painel temático: “Pacto Republicano do SUAS – o SUAS que temos e o SUAS que queremos” - Apresentação do balanço e desafios do Estado	Painelistas: - Luciana Jaccoud – Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA - Iêda Castro – Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS - Secretário André Quintão – Secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social Debatedora: - Júlia Restori – Presidente do COGEMAS Mesa de Apoio: Lúcia Elena Santos Junqueira Rodrigues e Maria da Páscoa Andrade – Conselheiras do CEAS
12 horas	Almoço	
13 horas e 45 minutos	Instituto HAHAA	
14 horas	Painel temático: “Controle Social no SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos” – Apresentação, seguida de debate, do CEAS e do CNAS	Painelistas: - Professora Eleonora Schettini – Professora Adjunta Vice-coordenadora do Colegiado do Curso de Gestão Pública Dep. Ciência Política / UFMG - Edivaldo da Silva Ramos – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS - Maria Alves de Souza – Presidente do CEAS Debatedor: - Anderson Lopes Miranda – Fórum Nacional dos Usuários do SUAS – Coordenador em São Paulo do Fórum Nacional da População de Rua Mesa de Apoio: Geisiane Lima Soares – Conselheira do CEAS

15 horas e 30 minutos	Lanche	
16 – 20 horas	Mesas temáticas simultâneas:	
	a) A Regionalização da Proteção Social Especial	<p>- Expositores:          °Simone Aparecida Albuquerque – Subsecretária de Assistência Social da SEDESE e Vice-Presidente do CEAS          °Professora Geralda Luiza de Miranda – Professora de Ciência Política do Departamento de Ciência Política da FAFICH/UFMG          - Coordenador: Hermellis Messias Tirado de Campos – Conselheiro do CEAS          Mesa de Apoio: Shirley Aparecida Moreira da Silva e Odete Pereira de Souza Santos – Conselheiras do CEAS</p>
	b) A Participação do usuário	<p>- Expositores:          °Professora Débora Maria David da Luz – Professora do Departamento de Serviço Social – PUC          °Jaime Rabelo Adriano – Superintendente de Capacitação, Monitoramento, Controle e Avaliação de Políticas de Assistência Social da SUBAS/SEDESE;          - Coordenadora: Geisiane Lima Soares – Conselheira do CEAS          Mesa de Apoio: Ronaldo Gonçalves – Conselheiro do CEAS</p>
c) A Participação do trabalhador	<p>- Expositores:          °Déborah Akerman – Comissão Organização da Conferência pelo Conselho Regional de Psicologia – CRP          °Domingos Sávio de Araújo – Assistente Social, técnico da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte – SE/CMAS/BH          °Gilberto Donizete Ribeiro – Diretor Regional de Passos da SEDESE          Coordenadora: Denise de Cássia Cunha – Conselheira do CEAS          Mesa de Apoio: Ronaldo Gonçalves e Erica Andrade Rocha –</p>	

		Conselheiros do CEAS
19 horas	Jantar	
28/10/2015		
8 horas e 40 minutos	Grupo Crepúsculo	
9 – 12 horas	Plenárias Temáticas Simultâneas:	
	1) Dignidade Humana e Justiça Social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo	<p>Expositoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Léa Lúcia Cecílio Braga – Diretora do Departamento de Proteção Social Básica do MDS</li> <li>- Márcia Lopes – Professora Aposentada pela Universidade Estadual de Londrina, Consultora Nacional e Internacional de Políticas Públicas e Ex-Ministra do MDS</li> <li>- Maíra da Cunha Pinto Colares – Superintendente de Políticas de Assistência Social de SUBAS/SEDESE</li> </ul> <p>Coordenadora: Lúcia Elena Santos Junqueira Rodrigues – conselheira do CEAS</p> <p>Mesa de Apoio: Shirley Aparecida Moreira da Silva e Odete Pereira de Souza Santos – Conselheiras do CEAS</p>
	2) Participação social como fundamento do Pacto Federativo no SUAS	<p>Expositoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Professora Eleonora Schettini – Professora Adjunta Vice-coordenadora do Colegiado do Curso de Gestão Pública Dep. Ciência Política / UFMG</li> <li>- Marcia Mansur Saadallah – Psicóloga, Mestra em Ciências Sociais, Professora da PUC-Minas</li> <li>- Jaime Rabelo Adriano – Superintendente de Capacitação, Monitoramento, Controle e Avaliação de Políticas de Assistência Social da SUBAS/SEDESE</li> </ul> <p>Coordenadora: Ana Maria Conegundes – Assessora da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG</p>

		Mesa de Apoio: Volney Lopes de Araújo Costa e Maria de Páscoa Andrade – Conselheiros do CEAS
	3) Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Republicano e Federativo	Expositoras: - Rosilene Cristina Rocha – Secretária de Estado Adjunta /SEDESE - Júlia Restori – Presidente do COGEMAS Coordenadora: Silvana Célia de Campos – Conselheira do CEAS Mesa de Apoio: Isabela de Vasconcelos Teixeira e Wilson de Sales Lana – Conselheiros do CEAS
	4) Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo	Expositores: - José Ferreira da Crus – Diretor do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social do MDS - Enildo Calixto – Fórum dos Trabalhadores; - Simone Albuquerque – SUBAS/SEDESE; Coordenadora: Déborah Akerman – Comissão Organização da Conferencia pelo Conselho Regional de Psicologia – CRP Mesa de Apoio: Érica Andrade Rocha e Ronaldo Gonçalves – Conselheiros do CEAS
	5) Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo	Expositoras: - Régis Aparecido Andrade Spíndola – Diretor de Proteção Especial – SUBAS/SEDESE - Marta Maria Castro Vieira da Silva – Assessora da Subsecretaria de Assistência Social – SEDESE Coordenação: Denise de Cássia Cunha – Conselheira do CEAS Mesa de Apoio: Rodrigo dos Santos França – Conselheiro do CEAS
12 horas	Almoço	
13 horas e 45 minutos	Instituto HAHAA	
14 horas	Continuação das Plenárias Temáticas Simultâneas	
15 horas e 30	Lanche	

minutos		
16 – 20 horas	Eleição da sociedade civil e dos CMAS para compor o CEAS Separação por segmento	- Maria Alves de Souza – Presidente do CEAS - Simone Aparecida Albuquerque – Vice-Presidente do CEAS - Júlio César de Oliveira Brum – Conselheiro de CEAS e Coordenador da Comissão do Processo Eleitoral - Ministério Público
	Entidades	
	Trabalhador	
	Usuário	
	CMAS não governamental	
CMAS governamental		
19 horas	Jantar	
19 horas e 30 minutos	Apresentação: “Meninas de Sinhá”	
20 horas	Apuração	- Maria Alves de Souza – Presidente do CEAS - Simone Aparecida Albuquerque – Vice-Presidente do CEAS - Júlio César de Oliveira Brum – Conselheiro de CEAS e Coordenador da Comissão do Processo Eleitoral - Ministério Público
20 horas	Baile	
29/10/2015		
9 – 18 horas	Plenária Final	Presidente e Vice-Presidente do CEAS, conselheiro Ronaldo Camargos
	Escolha dos delegados a X Conferência Nacional de Assistência Social:	Governamental
		Usuário
		Trabalhador
	Entidade	



## 10. Registro da Sistematização das prioridades aprovadas nas Conferências Municipais

Diversidade/especificidade locais e regionais	Municípios ou regiões do estado	Prioridades comuns ou de destaque
Municípios de fronteira	Não se aplica	Não se aplica
Povos Indígenas	21 municípios de acordo com FUNAI.	Criar equipe volante para atendimento à população de zona rural e indígena.
Quilombolas	110 municípios, de acordo com Fundação Palmares.	Criar equipes volantes para atendimento à população quilombola e rural. Outras prioridades: criar CRAS rural; criar serviços para migrantes; qualificar serviços para atender especificidades de raça, etnia, gênero, dentre outras.
Ribeirinhos	Existem municípios com essa característica, porém não foram identificados	-
Outras comunidades tradicionais (extrativistas pantaneiros, pescadores, etc.)	Existem municípios com essa característica, porém não foram identificados	-
Municípios atingidos por grandes obras /barragens	131	Criar equipes volantes para garantir igualdade de acesso aos serviços pela população rural e atendimento de suas especificidades.
Capitais	1	Implantar política para população migrante, e ampliar oferta de serviços para este público.
Sedes de região metropolitana	Vale do Aço (sem sede oficial - Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso e Timóteo) Belo Horizonte	Ampliar cofinanciamento do estado e da união para serviços; Ampliar ações de capacitação; Criar fóruns de participação de usuários e trabalhadores.
Outras características de destaque: Semi árido	85 municípios	Criar equipes volantes para atendimento da zona rural; Incluir nas orientações dos serviços formas específicas para trabalhar nas comunidades temas relacionados com raça, etnia, direitos do homem e da mulher dentre outros ligados aos direitos humanos.

## 11. Municípios que não realizaram Conferências Municipais

Municípios	Justificativa
CAMACHO	Sem justificativa
CEDRO DO ABAETÉ	Sem justificativa
FREI LAGONEGRO	Conselho Municipal não estava funcionando.
ITATIAIUÇU	Sem justificativa
JAÍBA	Sem justificativa
JEQUITAIÁ	Sem justificativa
JOÃO MONLEVADE	Alteração da lei municipal – passou a conferência para ser realizada de 4 em 4 anos
MIRAVÂNIA	Sem justificativa
QUARTEL GERAL	Sem justificativa
SANTA JULIANA	A gestora não quis realizar a Conferência
SÃO JOSÉ DO JACURÍ	Falta de equipe técnica
SAPUCAI MIRIM	Sem justificativa
SÃO ROMÃO	Sem justificativa
TIRADENTES	Troca de presidente do CMAS

## 12. Registro do Resultado dos Grupos de Trabalho / Plenárias Temáticas

Dimensões	Prioridades para o Estado	Prioridades para a União
<p align="center"><b><u>Dignidade Humana e Justiça Social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo</u></b></p>	<p>Ampliar a oferta e a cobertura dos serviços, benefícios e programas socioassistenciais em todos os municípios de Minas Gerais, com prioridade a públicos pouco atendidos como população de rua, LGBT, ribeirinha, indígena, negra, ciganos, assentados e reassentados, dentre outros, debatendo o racismo institucional.</p>	<p>Alterar legislação de acesso ao BPC para o idoso de 65 para 60 anos, conforme prevê o Estatuto do idoso, bem como o aumento da renda per capita para ½ salário mínimo como para pessoa com deficiência e idoso.</p>
	<p>Garantir no PPA, na LDO e na LOA o aumento do cofinanciamento estadual destinado à PSB e à PSE ofertada pelos municípios, para os equipamentos públicos de assistência social, considerando, para o cálculo, as desproteções sociais do município e não o seu porte populacional.</p>	<p>Ampliar a rede de PSB e PSE e a cobertura de serviços e benefícios socioassistenciais, através da implantação e ou melhoria da infraestrutura dos equipamentos da assistência social (CRAS, CREAS, CENTRO POP, ONGS e Instituições), garantindo a acessibilidade em todos e com especial atenção para a zona rural.</p>
	<p>Desenvolver ações e programas para pré-adolescentes, a partir de 10 anos, que estão em risco dando opções de vida que compensem a sua vulnerabilidade social e garantindo que o município, estado e união trabalhem juntos criando essas ações e programas específicos para esta idade e suas demandas antes que sejam recrutados pelo trafico de drogas.</p>	<p>Fomentar a lei que institui o Centro Dia em todos os municípios garantindo o atendimento qualificado aos idosos e pessoas com deficiência com cofinanciamento federal e estadual.</p>
	<p>Ampliar a oferta de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua, mulheres em situação de violência e famílias e adultos.</p>	<p>Desenvolver programas e projetos e mecanismos de participação social para adolescentes e jovens que priorizem a participação juvenil e protagonismo dos mesmos, inclusive jovens de periferia e de comunidades tradicionais.</p>
	<p>Aumentar o valor do Piso Mineiro de Assistência Social, garantindo percentual mínimo de 5% do orçamento do Estado.</p>	<p>Desenvolver ações e programas para pré-adolescentes, a partir de 10 anos, que estão em risco dando opções de vida que compensem a sua vulnerabilidade social e garantindo que o município, estado e união trabalhem juntos criando essas ações e programas específicos para esta idade e suas demandas antes que sejam recrutados pelo trafico de drogas.</p>

Dimensões	Prioridades para o Estado	Prioridades para a União
<p align="center"><b><u>Dignidade Humana e Justiça Social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo</u></b></p>	<p>Ampliar e fortalecer a rede socioassistencial que integra a proteção social básica e a especial, com a construção de equipamentos públicos (CRAS, CREAS, Centros Pop, outros)</p>	<p>Divulgar amplamente, em mídias diversificadas, material informativo sobre os serviços, benefícios, programas e projetos da assistência social, em linguagem acessível considerando a diversidade cultural e regional, bem como o público receptor que necessita de maior e melhor interferência visual e autidiva para o empoderamento das informações.</p>
	<p>Incentivar a participação da população (usuários, trabalhadores, entidades) na gestão compartilhada da política, criando fóruns e outros espaços de participação, e ainda por meio de plenárias ampliadas dos conselhos e reuniões periódicas.</p>	<p>Promover a mobilização da sociedade para a participação coletiva de deliberações por todos os meios de comunicação para a participação da população da zona rural e urbana dos serviços que são oferecidos pelo SUAS.</p>
	<p>Realizar, de forma permanente e intersetorial, campanhas que promovam direitos humanos e contra todas as formas de violência e ainda formação para trabalhadores do SUAS nessa área.</p>	<p>Apoiar técnica e financeiramente a implantação dos serviços de atendimento no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.</p>
	<p>Criar e melhorar a infraestrutura garantindo acessibilidade física e funcional dos equipamentos públicos que ofertem serviços da política, em especial nos serviços da PSE.</p>	<p>Aumentar a percapta do PBF para 1\4 salário mínimo, considerando no cálculo as despesas com aluguel.</p>
	<p>Desenvolver políticas de atenção e cuidado a idosos, gestantes, portadores de necessidades especiais e usuários que demandem cuidados especiais de modo a se fazer cumprir o que está sendo exigido na lei, aumentando e garantindo a fiscalização.</p>	<p>Desenvolver ações e programas para adolescentes de 15 a 18 anos que estão em risco dando oportunidades na vida que compensem sua vulnerabilidade social e garantindo que o município, estado e união trabalhem juntos, criando essas ações e programas em parcerias com o PRONATEC (antes que sejam recrutados pelo trafico de drogas) e sejam encaminhados ao mercado de trabalho.</p>

Dimensões	Prioridades para o Estado	Prioridades para a União
<p data-bbox="215 751 544 858"><b><u>Participação social como fundamento do Pacto Federativo no SUAS</u></b></p>	<p data-bbox="580 180 1379 675">Efetivar a Política Nacional de Capacitação, prevista na NOB RH SUAS, no que diz respeito à Educação Permanente dos Conselheiros, por intermédio de plano estadual de capacitação, incluindo as secretarias executivas dos conselhos, os trabalhadores, entidades, usuários e integrantes dos diversos fóruns, ampliando o seu financiamento de forma que a capacitação seja continuada, regionalizada, na modalidade presencial - se possível nos próprios municípios ou em regiões próximas- e à distância, com ampliação do número de vagas, abordando temas e conteúdos atuais e específicos com o objetivo de aprimorar e fortalecer SUAS, o controle social da política, a participação popular e, por fim, para aproximar a SEDESE dos municípios.</p>	<p data-bbox="1402 180 2134 603">Ampliar os recursos e a oferta de cursos do programa de capacitação continuada para os conselheiros de assistência social, secretarias executivas, gestores, trabalhadores do SUAS, e usuários da rede pública e das entidades não governamentais, em modalidades presenciais ou à distância, inclusive de Pós Graduação , respeitando e alcançando todos os estados, regiões e municípios, objetivando aprimorar e fortalecer o exercício do controle social e estimular a participação da sociedade, dos trabalhadores e dos usuários nos conselhos de assistência social.</p>
	<p data-bbox="580 826 1379 1058">Implantar gestão participativa dos equipamentos da rede socioassistencial, fomentando a participação da sociedade civil, conselhos, equipes de referência e usuários, possibilitando e ampliando a participação social e realizar reuniões regulares com os usuários dos serviços e benefícios para monitorar a gestão do SUAS.</p>	<p data-bbox="1402 691 2134 1185">Garantir e ampliar o financiamento e o percentual do IGD SUAS para a manutenção, construção e estruturação dos conselhos de assistência social e secretarias executivas; para desenvolvimento de capacitação; para ações informativas e educativas e de fiscalização dos serviços e programas; aprimorando a fiscalização da sua execução financeira, flexibilizando a utilização dos recursos conforme as necessidades locais e garantindo condições que assegurem a participação de representantes da sociedade civil nas reuniões, além de funcionamento adequado com espaços funcionais, veículo e custeio das despesas dos conselheiros.</p>
	<p data-bbox="580 1201 1379 1465">Estreitar a relação entre a SEDESE e os municípios com a presença obrigatória de servidores públicos concursados das diretorias regionais da SEDESE, por meio de visitas às localidades, com o objetivo de apoiar tecnicamente os gestores, os conselhos municipais e entidades socioassistenciais no cumprimento de suas competências, de modo a aprimorar a democracia participativa.</p>	<p data-bbox="1402 1201 2134 1465">Garantir recursos para incentivar no nível federal, estadual e municipal, a criação ou o fortalecimento de fóruns, comitês, conselhos locais, e outras organizações, com vistas a estimular a articulação e a mobilização dos movimentos sociais, de modo que propiciem uma permanente participação da sociedade, em especial, dos usuários, no SUAS.</p>

Dimensões	Prioridades para o Estado	Prioridades para a União
<p data-bbox="215 671 542 778"><b><u>Participação social como fundamento do Pacto Federativo no SUAS</u></b></p>	<p data-bbox="584 180 1375 480">Promover campanhas para a população, em geral, sobre o papel do controle social nas políticas públicas, articulando com os espaços coletivos, e divulgar com linguagem acessível, o SUAS, as decisões dos conselhos e as deliberações das conferências, utilizando estratégias lúdicas, cartilhas ilustrativas para o público infanto juvenil, além de outras formas de sensibilização e mobilização comunitária, incentivando a participação social.</p>	<p data-bbox="1406 201 2128 464">Criar estratégias e mecanismos, para que os usuários sejam valorizados na política de assistência social como cidadãos portadores de direitos, e assegurar a sua participação em diferentes espaços, como reuniões periódicas, conferências de assistência social, além de criar diferentes meios e canais com tecnologia online de acesso e compartilhamento de informações.</p>
	<p data-bbox="584 572 1375 715">Instituir reuniões descentralizadas e ampliadas do CEAS, nas diversas regiões de Minas, a fim de aproximar o Conselho dos Municípios e fomentar uma agenda positiva do controle social.</p>	<p data-bbox="1406 496 2128 796">Fomentar a participação da sociedade civil, propondo a utilização de metodologia participativa no planejamento para atendimento das reais necessidades, na execução das ações locais, no acompanhamento do financiamento e no aperfeiçoamento do SUAS, buscando envolver os usuários, gestores, conselhos, e equipe de referência da assistência social.</p>
	<p data-bbox="584 812 1375 1112">Fortalecer os mecanismos e instrumentos já existentes que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos aplicados na assistência social, como realização de audiências públicas, criação de portais eletrônicos de transparência efetiva, instituição de fóruns permanentes de acompanhamento, contando com a colaboração do MDS, SEDESE e Secretarias municipais, conselhos e tribunais de contas respectivos entes federados.</p>	<p data-bbox="1406 812 2128 1112">Instituir, GARANTIR E EFETIVAR anualmente a Semana Nacional de Incentivo a Participação e Fortalecimento do Controle Social, intensificando mobilizações na mídia, nas escolas, ruas, instituições públicas e privadas, dentre outros, além de veicular propagandas pela defesa e divulgação dos serviços, programas e projetos SUAS sob a ótica de política pública de direito e de proteção social.</p>
	<p data-bbox="584 1128 1375 1307">Apoiar o exercício da participação e do controle social com a meta de garantir, em 100% dos Conselhos de Assistência Social, a proporcionalidade entre representantes de usuários, trabalhadores e entidades, na representação da sociedade civil.</p>	<p data-bbox="1406 1144 2128 1286">INSTITUIR O financiamento para os conselhos e secretarias executivas, destinado à estruturação e manutenção das ações, garantindo maior investimento no controle social.</p>

Dimensões	Prioridades para o Estado	Prioridades para a União
<p data-bbox="215 536 542 643"><b><u>Participação social como fundamento do Pacto Federativo no SUAS</u></b></p>	<p data-bbox="584 277 1375 384">Contemplar o SUAS com recursos advindos da apreensão de bens materiais moveis, imóveis e dinheiro, que sejam frutos de crimes de tráfico de drogas, corrupção e sonegação fiscal.</p>	<p data-bbox="1406 180 2132 483">Garantir autonomia para os trabalhadores do SUAS no exercício profissional e no controle social, criando regulamentação que assegure que o mesmo possa se ausentar do local de trabalho no PARA A SUA PARTICIPAÇÃO EFETIVA NOS Conselho de Assistência Social E NOS FORUNS identificando o órgão ou entidade através de selo com o slogan “Este(a) órgão/entidade é parceiro(a) do controle social”.</p>
	<p data-bbox="584 499 1375 914">Estabelecer melhor integração e ampliar a rede de comunicação entre os entes federados e entre o CNAS, CEAS, CMAS e realizar parceria entre CEAS e SEDESE, em articulação com a sociedade civil, organizando reuniões e fóruns regionalizados e descentralizados, apoiados por videoconferência e outros materiais didáticos, com o objetivo de melhorar a articulação com os conselhos de direitos e de políticas públicas municipais e investir em ações objetivas para efetivar os direitos socioassistenciais e valorizar os processos democráticos dando uma nova direção à institucionalização do controle social.</p>	<p data-bbox="1406 596 2132 783">Garantir que as deliberações das conferências sejam DIVULGADAS na sociedade pelos diversos meios de comunicação, com linguagem acessível, de modo que a sociedade possa se valer destas informações para o exercício do controle público.</p>
	<p data-bbox="584 930 1375 1034">Investir no cofinanciamento e expandir as equipes volantes e a prestação de serviços para atender a zona rural de todos os municípios.</p>	<p data-bbox="1406 930 2107 1034">Alterar o processo de escolha dos conselheiros do CNAS, a fim de democratizar o acesso do conjunto de usuários, trabalhadores e entidades.</p>

Dimensões	Prioridades para o Estado	Prioridades para a União
<p align="center"><b><u>Primazia da</u></b>  <b><u>responsabilidade do</u></b>  <b><u>Estado: por um SUAS</u></b>  <b><u>Público, Universal,</u></b>  <b><u>Republicano e Federativo</u></b></p>	<p>Ampliar o cofinanciamento estadual visando o aumento de recursos humanos, com equipes fixas e volantes para atender a população urbana e rural de forma igualitária, além de possibilitar o uso de recursos para investimento (construção, ampliação, reforma e aquisição de material permanente), criando um grupo de trabalho para realização de estudo do custo real dos serviços socioassistenciais.</p>	<p>Garantir e ampliar o apoio técnico e financiamento aos estados e municípios da federação, em especial os municípios de porte I e II, para a gestão e para implementar as ações de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, visando melhorar a qualidade das ofertas para a população urbana e rural, por meio das Equipe volantes e CREAS, além de destinar recursos para investimentos (reforma, construção, ampliação e material permanente) nas unidades públicas socioassistenciais, criando um grupo de trabalho para realização de estudo do custo real dos serviços socioassistenciais.</p>
	<p>Propor emenda constitucional garantindo um percentual mínimo de 5% de recursos do orçamento do estado, para a política de assistência social, conforme previsto no plano decenal, com aumento progressivo para os próximos anos.</p>	<p>Ampliar e garantir um percentual mínimo de 10% do orçamento público para a política de assistência social, por meio de lei, observando os parâmetros já existentes na saúde e educação.</p>
	<p>Manter e ampliar os programas de qualificação e capacitação sistemática e continuada para os atores da assistência social nos âmbitos estadual, regional e municipal visando o aprimoramento e a regulamentação do SUAS para melhorar a oferta dos serviços, objetivando a eficiência e eficácia da gestão.</p>	<p>Ampliar e implementar as ações de vigilância sociassistencial com o intuito de produzir informações da gestão do SUAS para fiscalização e acompanhamento das instâncias de controle social, visando os aspectos quantitativos e qualitativos das ofertas e o empoderamento do cidadão de direito com a realização de diagnósticos sociais regulares.</p>
	<p>Implantar e ampliar o financiamento para os serviços de média e alta complexidade para os municípios de porte I e II e criar serviços regionalizados de média e alta complexidade sob a responsabilidade e gestão do Estado para atendimento do público alvo.</p>	<p>Rever o cálculo da renda per capita e os critérios de concessão do Programa Bolsa Família e BPC de forma a ampliar o número de beneficiários, bem como, aprimorar os mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos respectivos programas de transferência de renda.</p>



Dimensões	Prioridades para o Estado	Prioridades para a União
<p align="center"><b><u>Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo</u></b></p>	<p>Ampliar e implementar as ações de vigilância com o intuito de produzir informações da gestão do SUAS para fiscalização e acompanhamento das instancias de controle social visando os aspectos quantitativos e qualitativos das ofertas e o empoderamento do cidadão de direito com realização de diagnósticos sociais regulares.</p>	<p>Ampliar garantir e flexibilizar o cofinanciamento para os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para todos os municípios, visando às ações preventivas no âmbito familiar e comunitário e do individuo em todas as faixas etárias.</p>
	<p>Desenvolver programa de proteção social aos jovens em situação vulnerabilidade social, especialmente adolescentes gravidas e adolescentes em situação de rua, garantindo aos mesmos de acordo com sua especificidade, acolhida e acompanhamento.</p>	<p>Ampliar e efetivar os profissionais da política de assistência social por meio da realização de concurso público e do estabelecimento de um piso salarial nacional e plano de cargos, carreiras e salários.</p>
	<p>Garantir o cofinanciamento estadual para cumprimento do Decreto Federal nº 6.307/2007 que dispõe Benefícios Eventuais.</p>	<p>Fortalecer a gestão compartilhada entre os três entes federados e a rede privada socioassistencial com estratégias para atualização e regulamentação dos SUAS, além de apoiar a elaboração e aprimoramento das leis orçamentárias (PPAG, LDO, LOA), visando à eficiência na gestão orçamentária e financiamento.</p>
	<p>Construir de forma intersetorial um plano de enfrentamento ao trabalho infantil que hoje absorve um número expressivo de crianças e adolescentes em comércio ilegal de drogas com destaque para a prostituição como forma de conseguir dinheiro para manutenção do vício.</p>	<p>Alterar a lógica de reprogramação dos recursos de cofinanciamento Federal, com destaque para os recursos do acessuas, possibilitando que os saldos acumulados possam ser utilizados como investimento, ou seja, material permanente para construção de equipamentos.</p>
	<p>Prever cofinanciamento Federal e Estadual para ampliar e criar os equipamentos: centro dia e residência inclusiva à pessoas com deficiência e idosos, garantindo seu acolhimento e atendimento nos territórios conforme demanda, não apenas nas capitais.</p>	<p>Construir de forma intersetorial um plano de enfrentamento ao trabalho infantil que hoje absorve um número expressivo de crianças e adolescentes em comércio ilegal de drogas, com destaque para a prostituição como forma de conseguir dinheiro para manutenção do vício.</p>
	<p>Garantir a intersetorialidade por meio de indução financeira e regulação.</p>	

Dimensões	Prioridades para o Estado	Prioridades para a União
<p><b><u>Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo</u></b></p>	<p>Proporcionar capacitação continuada de forma regionalizada aos trabalhadores, priorizando trabalhadores efetivos, gestores e conselheiros do SUAS, e demais profissionais, que compõem SUAS, fundada sobre os princípios da Política Nacional de Educação Permanente (PNEP), valorizando a escuta dos usuários e a realidade local como diretrizes de qualificação do trabalho, contemplando todos os patamares formativos previstos na PNEP (de cursos de introdução até pós-graduação) e ampliando as vagas para a participação de representantes de entidades socioassistenciais, conselheiros municipais e parceiros, com o objetivo de contribuir para maior compreensão da política de assistência social e para o aprimoramento dos serviços.</p>	<p>Ampliar as vagas no CAPACITA SUAS e criar agenda permanente e continuada de capacitação com vagas para todos os trabalhadores, membros do Conselho Municipal de Assistência Social e entidades socioassistenciais, em todos os níveis de formação.</p>
	<p>Criar mesa permanente de negociação que englobe usuários, trabalhadores, sindicatos, prestadores de serviços e gestão conforme NOB-RH/SUAS e Resolução nº 172/2007 do CNAS, a fim de consolidar direitos sociais e trabalhistas, com objetivo de discutir temas como: plano de cargos, carreiras e salários específico do SUAS; formação e qualificação profissional; jornada de trabalho; saúde do trabalhador e discutir adicional de insalubridade, periculosidade de acordo com NR15 e NR16, para quem de direito.</p>	<p>Atualizar a NOB/RH SUAS, com ênfase na realização de concurso público, instituição de plano de cargos, carreiras e salários, ampliação de equipe técnica, instituição de mesa permanente de negociação, tornando-a obrigatória aos três entes federados materializando-a no plano decenal e transformando-o em Lei.</p>
	<p>Incentivar os municípios a instituírem planos de cargos, carreira e salários para os trabalhadores do SUAS, levando em consideração a NOB-RH/SUAS, contemplando adicional de periculosidade, insalubridade, a quem de direito.</p>	<p>Incentivar financeiramente municípios e Estados, para que implementem as ações de capacitação e de formação em consonância com a política nacional de educação permanente do SUAS, inclusive de forma regionalizada para todos os trabalhadores, gestores e conselheiros do SUAS.</p>

Dimensões	Prioridades para o Estado	Prioridades para a União
<p align="center"><b><u>Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo</u></b></p>	<p>Fazer ingerência junto aos municípios para estimular na realização de concursos públicos para que adequem o quadro de trabalhadores, garantindo a continuidade dos serviços e menor rotatividade dos profissionais.</p>	<p>Regulamentar e promover, nas três esferas de governo, condições para participação dos trabalhadores do SUAS no Fórum de Trabalhadores do SUAS bem como organizações desta categoria, viabilizando sua participação em horário de trabalho.</p>
	<p>Promover articulação nacional visando incluir nas normativas exigências de vínculo efetivo (trabalhadores de carreira) para o exercício de cargos técnicos, cargos de gestão, coordenação de unidades públicas e funções de responsabilidade sobre serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.</p>	<p>Inserir na NOB/RH a exigência de que os gestores do SUAS tenham formação de nível superior nas áreas sociais de acordo com a Resolução 17 – CNAS, que designem os trabalhadores do SUAS.</p>
	<p>Assegurar uma rubrica específica na lei orçamentária das três esferas de governo para a gestão do trabalho e aumentar o percentual de recursos que podem ser destinados para o pagamento de pessoal, a fim de garantir a contratação de equipes conforme NOB-RH/SUAS, com condições de trabalho adequadas e capacitação permanente.</p>	<p>Regulamentar, através de emenda na NOB/RH, a composição das Secretarias Executivas dos conselhos no âmbito federal, estadual e municipal, identificando o número de técnicos de nível superior e de nível médio, concursados, prevendo o compartilhamento dos técnicos com outros conselhos definindo o número de conselhos, respeitando o porte dos municípios e a capacidade instalada.</p>
	<p>Garantir supervisão técnica regular junto aos trabalhadores do SUAS, tendo em vista suporte necessário para a execução dos serviços e programas.</p>	<p>Aprimorar o aplicativo da rede SUAS/CADSUAS, de forma que caracterize o campo de atuação do trabalhador, de acordo com a divisão de gestão, serviços, benefícios e programas (BPC, CADUNICO/PBF, Vigilância, Gestão do Trabalho, Benefícios Eventuais).</p>
	<p>Oferecer melhores condições de trabalho e valorizar o profissional do SUAS, instituindo plano de cargo, carreira e salários e que neles estejam data base, progressões horizontais e verticais e outras que se fizerem necessário, de acordo com a particularidade do Estado e do município.</p>	<p>Incluir no campo de doações do imposto de renda, pessoa física e jurídica, a possibilidade dos fundos de assistência social captar recursos de deduções fiscais (parte do imposto de renda devido) para manutenção dos conselhos de assistência social, garantindo destinação de percentual de recurso, para o fomento e manutenção de fóruns de usuários, trabalhadores e entidades, sendo regulamentado pelos conselhos, ouvidos os fóruns.</p>

Dimensões	Prioridades para o Estado	Prioridades para a União
<p><b><u>Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo</u></b></p>	<p>Estimular os municípios a ampliarem as equipes de referência, considerando a demanda e realidade local, bem como investir na ampliação do cofinanciamento para pagamento de equipe técnica de vigilância e monitoramento.</p>	
	<p>Realizar visitas regulares, pelas Regionais Sedese, aos municípios para assessoramento e realização de debates sobre o cofinanciamento da Política de Assistência Social, Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), capacitando todos os trabalhadores do SUAS, incluindo Secretários Municipais de Assistência Social.</p>	
<p><b><u>Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo</u></b></p>	<p>Ampliar a política de educação permanente e valorização dos profissionais, conselheiros, gestores, servidores e profissionais das entidades não governamentais para garantir o atendimento qualificado aos usuários dos serviços e programas socioassistenciais, prevendo capacitação específica para profissionais do SUAS com relação a orientação e execução do Serviço de Proteção Social Básica e Especial no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.</p>	<p>Cumprir a NOB/RH garantindo: a) Adequação dos concursos públicos; b) Valorização dos trabalhadores do SUAS, incluindo os salários justos e boas condições de trabalho (equipamentos e funções); c) Plano de carreira, cargos e salários constantemente revisado; d) Equiparação de salários e jornada de trabalho entre os trabalhadores do SUAS, respeitando direitos já adquiridos.</p>
	<p>Promover a divulgação das informações, em âmbito estadual, através dos meios de comunicação de massa e alternativos, afetas à proteção básica e especial a partir de situações reais, respeitando as especificidades regionais e locais, com linguagem simples e acessível, com qualidade que possibilitem aos usuários conhecer e defender seus direitos, seja no meio urbano ou rural.</p>	<p>Assegurar capacitação permanente, continuada e sistemática, que contemple a formação ética e política das equipes técnicas, dos gestores, dos membros do poder executivo municipal, entidades não governamentais de assistência social e usuários e implantar o ensino de políticas públicas e direitos sociais nas escolas, na perspectiva de formar pessoas emancipadas e capazes de refletir sobre seus direitos e conhecer os meios de acessá-los.</p>
	<p>Criar Programas específicos para adolescentes e jovens da área rural, com objetivo de prevenir riscos sociais e inserí-los no mercado de trabalho.</p>	<p>Instituir o 13 salário para os beneficiários do BPC.</p>

Dimensões	Prioridades para o Estado	Prioridades para a União
<p data-bbox="203 663 553 767"><b><u>Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo</u></b></p>	<p data-bbox="584 180 1375 245">Criar Casas de acolhimento regionais para mulheres vítimas de violência.</p>	<p data-bbox="1406 180 2128 443">Assegurar o repasse regular e automático dos recursos cofinanciados, pelas esferas Estadual e Federal, desburocratizando os processos de pagamento, regulamentando os valores a serem gastos em despesas tanto de custeio quanto de capital, ampliando o cofinanciamento para construção dos equipamentos públicos do SUAS.</p>
	<p data-bbox="584 472 1375 576">Ampliar a integração da Política de Assistência Social com as demais políticas visando aprimorar o acesso e a garantia aos benefícios socioassistenciais.</p>	<p data-bbox="1406 472 2128 616">Promover a expansão de equipes volantes do CRAS para todos municípios com zonas rurais de grande extensão e também aqueles que possuem comunidades rurais populosas e dispersas no território.</p>
	<p data-bbox="584 632 1375 735">Fomentar o ensino de políticas públicas e direitos sociais nas escolas com o objetivo de formar pessoas emancipadas e capazes de refletir sobre seus direitos.</p>	<p data-bbox="1406 632 2128 807">Propor emenda à Constituição garantindo o percentual mínimo de recursos gastos na assistência social utilizando base de cálculo, a exemplo da saúde e da educação, tendo como orientação estudos e embasamentos científicos.</p>
	<p data-bbox="584 828 1375 1011">Desburocratizar o acesso aos direitos socioassistenciais contemplando as especificidades territoriais e locais, o fortalecimento da rede socioassistencial, com vistas ao empoderamento das famílias e à superação das vulnerabilidades.</p>	<p data-bbox="1406 828 2128 1091">Garantir através dos meios de comunicação de massa e alternativos a ampla divulgação dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, bem como os critérios para a sua concessão de forma simples, lúdica e acessível, considerando a diversidade do público da Assistência Social e a sua dimensão como direito social.</p>
	<p data-bbox="584 1106 1375 1289">Efetivar a elaboração de políticas públicas voltadas para a promoção de grupos prioritários (LGBT, mulheres, negros, indígenas, população em situação de rua, egressos do sistema prisional, ciganos, imigrantes e demais povos e comunidades tradicionais, dentre outros).</p>	<p data-bbox="1406 1106 2128 1209">Fortalecer em âmbito nacional, o debate com o sistema de justiça, para evitar o crescente processo de judicialização da Política de Assistência Social.</p>

Dimensões	Prioridades para o Estado	Prioridades para a União
<p data-bbox="203 347 553 453"><b><u>Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo</u></b></p>	<p data-bbox="584 180 1382 245">Implantar serviços regionalizados de Proteção Social Especial de média e alta complexidade.</p>	<p data-bbox="1408 180 2132 523">Fomentar e articular com outras políticas públicas, incluindo o IPEA na construção de uma plataforma financeira e o CAPES na intervenção de um saber acadêmico alternativo nas ações de economia solidária e geração de emprego e renda, incluindo as atividades de agricultura familiar, elegendo como público prioritário dessas ações a população em situação de rua, beneficiários de programas de transferência de renda e usuários dos serviços do SUAS.</p>
	<p data-bbox="584 552 1382 657">Orientar os CMAS e municípios para regulamentarem os benefícios eventuais e a destinar os recursos cofinanciados para garantia de direitos dos usuários.</p>	<p data-bbox="1408 552 2132 657">Fortalecer os mecanismos que garantam, através de fóruns e seminários, a participação dos usuários na construção da política de Assistência Social.</p>

### 13. Registro das Deliberações da Plenária da Conferência Estadual de Assistência Social

Prioridades para o Estado		Dimensão
1	Ampliar a oferta e a cobertura dos serviços, benefícios e programas socioassistenciais em todos os municípios de Minas Gerais, com prioridade a públicos pouco atendidos como população de rua, LGBT, ribeirinha, indígena, negra, ciganos, assentados e reassentados, dentre outros, debatendo o racismo institucional.	<p align="center"><b><u>Dignidade Humana e Justiça Social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo</u></b></p>
2	Aumentar o valor do Piso Mineiro de Assistência Social, garantindo percentual mínimo de 5% do orçamento do Estado.	
3	Garantir no PPA, na LDO e na LOA o aumento do cofinanciamento estadual destinado à PSB e à PSE ofertada pelos municípios, para os equipamentos públicos de assistência social, considerando, para o cálculo, as desproteções sociais do município e não o seu porte populacional.	
4	Desenvolver ações e programas para pré-adolescentes, a partir de 10 anos, que estão em risco dando opções de vida que compensem a sua vulnerabilidade social e garantindo que o município, estado e união trabalhem juntos criando essas ações e programas específicos para esta idade e suas demandas, antes que sejam recrutados pelo tráfico de drogas.	
5	Efetivar a Política Nacional de Capacitação, prevista na NOB RH SUAS, no que diz respeito à Educação Permanente dos Conselheiros, por intermédio de plano estadual de capacitação, incluindo as secretarias executivas dos conselhos, os trabalhadores, entidades, usuários e integrantes dos diversos fóruns, ampliando o seu financiamento de forma que a capacitação seja continuada, regionalizada, na modalidade presencial - se possível nos próprios municípios ou em regiões próximas - e a distância, com ampliação do número de vagas, abordando temas e conteúdos atuais e específicos com o objetivo de aprimorar e fortalecer SUAS, o controle social da política, a participação popular e, por fim, para aproximar a SEDESE dos municípios.	<p align="center"><b><u>Participação social como fundamento do Pacto Federativo no SUAS</u></b></p>
6	Promover campanhas para a população em geral, sobre o papel do controle social nas políticas públicas, articulando com os espaços coletivos, e divulgar, com linguagem acessível, o SUAS, as decisões dos conselhos e as deliberações das conferências, utilizando estratégias lúdicas, cartilhas ilustrativas para o público infanto-juvenil, além de outras formas de sensibilização e mobilização comunitária, incentivando a participação social.	
7	Investir no cofinanciamento e expandir as equipes volantes e a prestação de serviços para atender a zona rural de todos os municípios.	
8	Estabelecer melhor integração e ampliar a rede de comunicação entre os entes federados e entre o CNAS, CEAS, CMAS e realizar parceria entre CEAS e SEDESE, em articulação com a sociedade civil, organizando reuniões e fóruns regionalizados e descentralizados, apoiados por videoconferência e outros materiais didáticos, com o objetivo de melhorar a articulação com os conselhos de direitos e de políticas públicas municipais e investir em ações objetivas para efetivar os direitos socioassistenciais e valorizar os processos democráticos dando uma nova direção à institucionalização do controle social.	

Prioridades para o Estado		Dimensão
9	Ampliar o cofinanciamento estadual visando o aumento de recursos humanos, com equipes fixas e volantes para atender a população urbana e rural de forma igualitária, além de possibilitar o uso de recursos para investimento (construção, ampliação, reforma e aquisição de material permanente), criando um grupo de trabalho para realização de estudo do custo real dos serviços socioassistenciais.	<p align="center"><b><u>Primazia da</u></b>  <b><u>responsabilidade</u></b>  <b><u>do Estado: por</u></b>  <b><u>um SUAS</u></b>  <b><u>Público,</u></b>  <b><u>Universal,</u></b>  <b><u>Republicano e</u></b>  <b><u>Federativo</u></b></p>
10	Propor emenda constitucional garantindo um percentual mínimo de 5% de recursos do orçamento do estado, para a política de assistência social, conforme previsto no plano decenal, com aumento progressivo para os próximos anos.	
11	Desenvolver programa de proteção social, aos jovens, em situação vulnerabilidade social, especialmente adolescentes grávidas e adolescentes em situação de rua, garantindo aos mesmos de acordo com sua especificidade, acolhida e acompanhamento.	
12	Implantar e ampliar o financiamento para os serviços de média e alta complexidade para os municípios de porte I e II e criar serviços regionalizados de média e alta complexidade sob a responsabilidade e gestão do Estado para atendimento do público alvo.	
13	Proporcionar capacitação continuada de forma regionalizada aos trabalhadores, priorizando trabalhadores efetivos, gestores e conselheiros do SUAS e demais profissionais, que compõem SUAS, fundada sobre os princípios da Política Nacional de Educação Permanente (PNEP), valorizando a escuta dos usuários e a realidade local como diretrizes de qualificação do trabalho, contemplando todos os patamares formativos previstos na PNEP (de cursos de introdução até pós-graduação) e ampliando as vagas para a participação de representantes de entidades socioassistenciais, conselheiros municipais e parceiros, com o objetivo de contribuir para maior compreensão da política de assistência social e para o aprimoramento dos serviços.	<p align="center"><b><u>Qualificação do</u></b>  <b><u>Trabalho no</u></b>  <b><u>SUAS na</u></b>  <b><u>consolidação do</u></b>  <b><u>Pacto Federativo</u></b></p>
14	Criar mesa permanente de negociação que englobe usuários, trabalhadores, sindicatos, prestadores de serviços e gestão conforme NOB-RH/SUAS e Resolução nº 172/2007 do CNAS, a fim de consolidar direitos sociais e trabalhistas, com objetivo de discutir temas como: plano de cargos, carreiras e salários específico do SUAS; formação e qualificação profissional; jornada de trabalho; saúde do trabalhador e discutir adicional de insalubridade, periculosidade de acordo com NR15 e NR16, para quem de direito.	
15	Fazer incidência junto aos municípios para estimular a realização de concursos públicos para que adequem o quadro de trabalhadores, garantindo a continuidade dos serviços e menor rotatividade dos profissionais.	
16	Realizar visitas regulares, pelas Regionais Sedese, aos municípios para assessoramento e realização de debates sobre o cofinanciamento da Política de Assistência Social, Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), capacitando todos os trabalhadores do SUAS, incluindo Secretários Municipais de Assistência Social.	



Prioridades para o Estado		Dimensão
17	Criar Programas específicos para adolescentes e jovens da área rural, com objetivo de prevenir riscos sociais e inseri-los no mercado de trabalho.	<p align="center"><b><u>Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo</u></b></p>
18	Fomentar o ensino de políticas públicas e direitos sociais nas escolas com o objetivo de formar pessoas emancipadas e capazes de refletir sobre seus direitos.	
19	Ampliar a política de educação permanente e valorização dos profissionais, conselheiros, gestores, servidores e profissionais das entidades não governamentais para garantir o atendimento qualificado aos usuários dos serviços e programas socioassistenciais, prevendo capacitação específica para profissionais do SUAS com relação à orientação e execução do Serviço de Proteção Social Básica e Especial no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.	
20	Promover a divulgação das informações, em âmbito estadual, através dos meios de comunicação de massa e alternativos, afetas à proteção básica e especial a partir de situações reais, respeitando as especificidades regionais e locais, com linguagem simples e acessível, com qualidade, que possibilitem aos usuários conhecer e defender seus direitos, seja no meio urbano ou rural.	

Prioridades para a União		Dimensão
1	Alterar legislação de acesso ao BPC para o idoso de 65 para 60 anos, conforme prevê o Estatuto do idoso, bem como o aumento da renda per capita para ½ salário mínimo para pessoa com deficiência e idoso.	<p align="center"><b><u>Dignidade Humana e Justiça Social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo</u></b></p>
2	Ampliar a rede de PSB e PSE e a cobertura de serviços e benefícios socioassistenciais, através da implantação e ou melhoria da infraestrutura dos equipamentos da assistência social (CRAS, CREAS, CENTRO POP, ONGS e Instituições), garantindo a acessibilidade em todos e com especial atenção para a zona rural.	
3	Fomentar a lei que institui o Centro Dia em todos os municípios garantindo o atendimento qualificado aos idosos e pessoas com deficiência com cofinanciamento federal e estadual.	
4	Ampliar os recursos e a oferta de cursos do programa de capacitação continuada para os conselheiros de assistência social, secretarias executivas, gestores, trabalhadores do SUAS, e usuários da rede pública e das entidades não governamentais, em modalidades presenciais ou a distância, inclusive de Pós-Graduação, respeitando e alcançando todos os estados, regiões e municípios, objetivando aprimorar e fortalecer o exercício do controle social e estimular a participação da sociedade, dos trabalhadores e dos usuários nos conselhos de assistência social.	<p align="center"><b><u>Participação social como fundamento do Pacto Federativo no SUAS</u></b></p>

Prioridades para o Estado		Dimensão
5	Garantir e ampliar o financiamento e o percentual do IGD SUAS para a manutenção, construção e estruturação dos conselhos de assistência social e secretarias executivas; para desenvolvimento de capacitação; para ações informativas e educativas e de fiscalização dos serviços e programas; aprimorando a fiscalização da sua execução financeira, flexibilizando a utilização dos recursos conforme as necessidades locais e garantindo condições que assegurem a participação de representantes da sociedade civil nas reuniões, além de funcionamento adequado com espaços funcionais, veículo e custeio das despesas dos conselheiros.	<b><u>Participação social como fundamento do Pacto Federativo no SUAS</u></b>
6	Garantir recursos para incentivar nos níveis federal, estadual e municipal, a criação ou o fortalecimento de fóruns, comitês, conselhos locais, e outras organizações, com vistas a estimular a articulação e a mobilização dos movimentos sociais, de modo que propiciem uma permanente participação da sociedade, em especial, dos usuários no SUAS.	
7	Garantir e ampliar o apoio técnico e financiamento aos estados e municípios da federação, em especial os municípios de porte I e II, para a gestão e para implementar as ações de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, visando melhorar a qualidade das ofertas para a população urbana e rural, por meio das Equipes volantes e CREAS, além de destinar recursos para investimentos (reforma, construção, ampliação e material permanente) nas unidades públicas socioassistenciais, criando um grupo de trabalho para realização de estudo do custo real dos serviços socioassistenciais.	<b><u>Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo</u></b>
8	Ampliar e implementar as ações de vigilância sociassistencial com o intuito de produzir informações da gestão do SUAS para fiscalização e acompanhamento das instâncias de controle social, visando os aspectos quantitativos e qualitativos das ofertas e o empoderamento do cidadão de direito com a realização de diagnósticos sociais regulares.	
9	Ampliar e garantir um percentual mínimo de 10% do orçamento público para a política de assistência social, por meio de lei, observando os parâmetros já existentes na saúde e educação.	
10	Incluir no campo de doações do imposto de renda, pessoa física e jurídica, a possibilidade dos fundos de assistência social captar recursos de deduções fiscais (parte do imposto de renda devido) para manutenção dos conselhos de assistência social, garantindo destinação de percentual de recurso para o fomento e manutenção de fóruns de usuários, trabalhadores e entidades, sendo regulamentado pelos conselhos, ouvidos os fóruns.	<b><u>Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo</u></b>
11	Atualizar a NOB/RH SUAS, com ênfase na realização de concurso público, instituição de plano de cargos, carreiras e salários, ampliação de equipe técnica, instituição de mesa permanente de negociação, tornando-a obrigatória aos três entes federados materializando-a no plano decenal e transformando-o em Lei.	
12	Inserir na NOB/RH a exigência de que os gestores do SUAS tenham formação de nível superior nas áreas sociais de acordo com a Resolução 17 – CNAS, que designem os trabalhadores do SUAS.	

Prioridades para o Estado		Dimensão
13	Promover a expansão de equipes volantes do CRAS para todos os municípios com zonas rurais de grande extensão e também aqueles que possuem comunidades rurais populosas e dispersas no território.	<b><u>Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo</u></b>
14	Fortalecer, em âmbito nacional, o debate com o sistema de justiça, para evitar o crescente processo de judicialização da Política de Assistência Social.	
15	Cumprir a NOB/RH garantindo: a) Adequação dos concursos públicos; b) Valorização dos trabalhadores do SUAS, incluindo os salários justos e boas condições de trabalho (equipamentos e funções); c) Plano de carreira, cargos e salários constantemente revisado; d) Equiparação de salários e jornada de trabalho entre os trabalhadores do SUAS, respeitando direitos já adquiridos.	

Avaliação da Conferência Estadual:

14. Processo avaliativo:

Repassado aos participantes o seguinte formulário para avaliação:

- Questionários respondidos: 239
- Delegados responderam questionário: 227
- Convidados responderam questionário: 9
- Expositores que responderam questionário: 2
- Questionário sem identificação categoria: 01
- O questionário de avaliação utilizou o critério de nota numa escala que variava de 0 (zero) representando péssimo a 10 (dez) –representando excelente.

Formulário:

Belo Horizonte, de 26 a 29 de outubro de 2015.

Caro (a) participante da 11ª Conferência Municipal de Assistência Social, solicitamos que manifeste sua opinião em relação a este importante evento da assistência social. Sua opinião é de extrema importância para o aperfeiçoamento das futuras conferências a serem realizados pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) e Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social.

Nome: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_

Condição de participação: ( ) Delegado(a) ( ) Convidado(a)

Para responder aos itens abaixo pedimos que utilize a escala que varia de 0 (péssimo) a 10 (excelente). Leia os itens listados e escolha o ponto da escala que melhor representa a sua opinião sobre a Conferência Estadual de Assistência Social. Registre sua resposta à direita de cada item com o número escolhido ou N/S (não sabe) quando julgar que o item não contempla sua opinião.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Péssimo

Excelente

<b>BLOCO I – INFRAESTRUTURA</b>	
Itens	Nota
1. Local de realização da Conferência (facilidade de acesso, segurança etc.).	9
2. Qualidade das instalações físicas do local de realização (plenária, salas de grupos e oficinas) no que refere à iluminação, som, acústica, temperatura, mobiliário, acessibilidade etc.	9
3. Qualidade do material distribuído nas pastas.	8
4. Credenciamento	7
5. Atuação da equipe de coordenação (acolhida, solução de problemas etc.).	8
6. Qualidade da alimentação oferecida no local do evento.	7
<b>Manifestação dos Delegados representantes da sociedade civil</b>	
1. Qualidade da hospedagem oferecida	9
2. Qualidade do transporte oferecido.	9
<b>Manifestação dos Delegados</b>	
• Qualidade do transporte oferecido.	9
• Qualidade da alimentação oferecida no local do evento.	7
<b>BLOCO II – OFICINAS - Manifestação de todos os participantes</b>	
1. Cumprimento do horário da programação	7
2. Temas abordados	9
3. Tempo destinado ao debate	7
4. A metodologia da oficina motivou sua participação	8
<b>BLOCO III – PAINÉIS - Manifestação de todos os participantes</b>	
1. Cumprimento do horário da programação	7
2. Temas abordados	9
3. Tempo destinado ao debate	8
4. A metodologia da oficina motivou sua participação	8
<b>BLOCO III – MESAS TEMÁTICAS - Manifestação de todos os participantes</b>	
1. Cumprimento do horário da programação	7
2. Temas abordados	9
3. Tempo destinado ao debate	8
4. A metodologia da oficina motivou sua participação	8
<b>BLOCO IV – PLENÁRIAS TEMÁTICAS - Manifestação de todos os participantes</b>	
1. Cumprimento do horário da programação	7
2. Temas abordados	9
3. Tempo destinado ao debate	8
4. A metodologia da oficina motivou sua participação	8
<b>BLOCO V – PLENÁRIA FINAL</b>	
1. Cumprimento do horário da programação	7
2. Cumprimento do Regimento Interno da Conferência	9
3. Carga Horária	8

Observações / Sugestões: \_\_\_\_\_

Esclarecimentos:

Questionários sem resposta às questões que tratam do Bloco I Infraestrutura:

a) “Manifestação dos Delegados representantes Sociedade Civil”

Questões:

1. Qualidade da hospedagem oferecida: 115 NR (questionários sem respostas nessa questão)
2. Qualidade do transporte oferecido: 118 NR (questionários sem respostas nessa questão).

b) “Manifestação dos Delegados”

Questões: 1. Qualidade do transporte oferecido: 119 NR

2. Qualidade da alimentação oferecida no local do evento: 65 NR

O número elevado de ausência de respostas é atribuído à respostas dos delegados Governamentais, dos convidados e expositores que não utilizaram os serviços de hospedagem e de transporte ofertados. E em relação aos que não responderam sobre a qualidade da alimentação oferecida no local do evento, atribui-se àqueles que, também, não utilizaram esse serviço.

Bloco V – um número considerável de pessoas não responderam às 03 (três) questões ou por que não observaram o verso da folha ou por erro de impressão.

15. Avaliação pelos participantes:

	Ótimo 10 - 9	Muito Bom 8 - 7	Regular 6 - 5	Ruim 4 - 3	Péssimo 2 - 1 - 0
Divulgação / Mobilização	Não perguntado na avaliação				
Local e infraestrutura	207	24	5	1	2
Acessibilidade	182	48	8	1	0
Programação	53	116	54	9	5
Participação	123	77	22	2	5

16. Avaliação pelos Conselheiros Estaduais (proposta para avaliação):

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos	Demais considerações
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior número de conferências municipais realizadas;</li> <li>- Plenárias temáticas simultâneas propiciou diferentes espaços para debate mais qualificado;</li> <li>- transporte eficiente;</li> <li>- Conferência ter sido realizada no Centro da Capital;</li> <li>- comprometimento dos conselheiros;</li> <li>- maior participação dos usuários que assumiram o seu lugar;</li> <li>- realização de conferências</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- local do credenciamento pequeno para a demanda;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Revisão do desenho institucional das conferências, incluindo momento de discussão dos conselhos nacional, estaduais e municipais no planejamento;</li> <li>- Necessidade de aprimorar o processo de repasse de informações entre os conselhos e participantes.</li> </ul>

<p>regionais – participação significativa dos municípios e riqueza dos debates; também, propiciou qualificação para os debates na Conferência Estadual;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- qualidade dos colaboradores, da comissão organizadora e da equipe de relatoria;</li><li>- votação eletrônica – otimizou o processo deliberativo;</li><li>- palestrantes de qualidade;</li><li>- método assertivo: mesas temáticas e plenárias temáticas – trouxe discussões aprofundadas sobre o tema, principalmente para questão da participação;</li><li>- mobilização centrada na participação e comunicação;</li><li>- qualidade e compromisso dos condutores das mesas;</li></ul>		
---	--	--

17. Data: 11/11/2015

18. Assinatura dos/as responsáveis pelo preenchimento deste Registro

Consolação Cifani da Conceição

19. Assinatura do Conselho Estadual de Assistência Social

--